

A EXPERIÊNCIA DO PIBID NA EJA: DESAFIOS NA INCLUSÃO, INTERDISCIPLINARIDADE E DIMENSÕES SOCIOEMOCIONAIS NO ESPAÇO ESCOLAR

RESUMO

Este relato apresenta minha trajetória como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) em História, atuando na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Colégio Estadual Guilherme Briggs. A experiência proporcionou um aprofundamento nas especificidades dessa modalidade, ressaltando seu papel como política pública de inclusão social e como espaço de afirmação da cidadania, especialmente no que diz respeito ao acesso à escolaridade. Ao acompanhar turmas compostas majoritariamente por estudantes trabalhadores, com trajetórias marcadas por interrupções escolares e desafios sociais, ressalto as competências docentes necessárias para esse contexto, principalmente a adaptação didática e fortalecimento da interdisciplinaridade.

A vivência permitiu também reflexões sobre o espaço escolar como ambiente formador que ultrapassa a dimensão acadêmica, sendo lugar de desenvolvimento de competências socioemocionais e de atenção a fatores psicológicos que influenciam diretamente a aprendizagem e a permanência dos alunos. A EJA possui seu próprio tempo e didática, valorizando o ritmo e as experiências individuais, elementos que devem ser incorporados ao trabalho pedagógico em qualquer contexto. Destaco o cotidiano escolar e os vínculos entre docentes e discentes, a valorização da experiência individual, e o fortalecimento da autoestima e do senso de pertencimento.

Sob a luz de autores como Miguel Arroyo, Jaqueline Ventura e Maurice Tardif e fundamentado nas diretrizes do PIBID, este trabalho evidencia a EJA como território de resistência e construção coletiva de saberes, onde a integração entre dimensões cognitivas, emocionais e sociais reforça a escola pública como espaço de inclusão e garantia de direitos sociais.

Palavras-chave: EJA; inclusão; cidadania; vivências; interdisciplinaridade; escola pública; experiência;

Introdução e Referenciais teóricos

Vivenciar o espaço escolar por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), na área de História, possibilitou aos licenciandos uma aproximação concreta com a realidade educacional do Colégio Estadual Guilherme Briggs, com destaque para a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), no turno noturno. As experiências





acumuladas nesse contexto favoreceram a construção de um olhar crítico sobre a prática docente e sobre as especificidades da EJA, contribuindo de modo significativo para a formação acadêmica e profissional do grupo. A partir dessas vivências, emergiram reflexões sobre os desafios cotidianos da educação pública e sobre a importância de compreender a escola como espaço de inclusão, diálogo e transformação social.

Partindo da realidade brasileira e dos pressupostos teóricos que envolvem a Educação de Jovens e Adultos, sobretudo da realidade pessoalizada nesta vivência, primeiramente precisamos compreender as nuances sócio-etárias que atravessam essa modalidade e o contexto histórico o qual circunda o processo formativo e realmente de vivência cotidiana dos estudantes da EJA. É fundamental analisar que esse sistema é composto por pessoas que inicialmente pressupõe-se que tiveram sua trajetória de escolarização interrompida. Esta característica é definidora da Educação de Jovens e Adultos, no entanto, ao aprofundar as essencialidades presentes na categoria, compreende-se também que devido à essa interrupção, e principalmente, a faixa etária mais elevada, a maior parte dos alunos vivem uma rotina socialmente intrigante, resumidamente, precisaram evadir ou nem tiveram a oportunidade de participar do espaço escolar.

O público da EJA é composto majoritariamente por trabalhadores e moradores de favelas, que tiveram trajetórias escolares interrompidas por paternidade/maternidade precoce, ausência de apoio familiar, necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho ou envolvimento com drogas e criminalidade. Essa realidade exige atenção específica para tornar efetivo o acesso a um espaço escolar historicamente negado. Segundo a LDB, no Art. 37, estabelece a responsabilidade dos sistemas de ensino em garantir o direito à educação para jovens e adultos que não puderam seguir o percurso escolar tradicional, focando na aprendizagem contínua e na integração com o mundo do trabalho, também considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho. De acordo com a legislação brasileira, compreende-se a valorização do exercício dos direitos, relativo a essa classe, doravante, podemos afirmar que a educação escolar confere uma função estatal, mesmo que em contestação e disputa (NICODEMOS, 2022).

Dessa forma, a observância de uma marginalização da modalidade de ensino, é algo de suma importância na análise dessa, compreendendo que a atuação das reformas educacionais



recentes, em meio à crise do sistema educacional, estão provocando um apagamento e uma desvalorização da EJA, diante de todas as suas características e necessidades pedagógicas. Em minha experiência pessoal, no caso, na disciplina de História, encontro diversas dificuldades na blindagem da modalidade de jovens e adultos no que tange os ataques que essas reformas vêm causando na implementação de um espaço condizente com o perfil desses estudantes. As reformas educacionais, vem cada vez mais tornando a educação mecanizada e produtivista. Segundo Luiz Carlos de Freitas, o Estado é cada vez mais disputado por forças sociais liberal-conservadoras que procuram assumir, por meio de avaliações externas, o controle e o fortalecimento dos processos de avaliação internos da escola. (2014. p. 1092). A consequência disso é que a escola passa a adquirir as características do setor empresarial, tornando os processos humanos em processos gerenciais genéricos, de quantificação, resultados e certificações. Conforme Freitas (2014), percebe-se como o ritmo externo imposto à escola interfere diretamente na prática docente:

“A definição do ritmo de fora para dentro expropria as decisões pedagógicas do professor em relação às dificuldades que percebe em seus estudantes e estabelece uma velocidade de avanço que o obriga a postergar para momentos futuros os processos de recuperação do aluno para dar conta do ritmo externo imposto à escola. O professor é privado de dar o “reforço” no ato da aprendizagem.” (LC, Freitas. 2014. p.1100.)

Metodologia

A metodologia adotada neste relato baseia-se nas experiências desenvolvidas no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), na área de História. As atividades foram realizadas no Colégio Estadual Guilherme Briggs, situado na rede pública estadual, com foco na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), no turno noturno. Participaram do projeto licenciandos do curso de História, sob orientação docente e supervisão escolar.

As ações consistiram na observação, acompanhamento e participação direta nas práticas pedagógicas da escola, possibilitando a análise das especificidades da EJA e das relações entre teoria e prática docente. Como parte das experiências, destaca-se a atividade interdisciplinar “ExpoEJA”, realizada ao final do primeiro semestre de 2025, em que os estudantes do 8º ano apresentaram produções relacionadas ao tema da Revolução Industrial.



Essa vivência serviu como base para as reflexões acerca dos desafios, potencialidades e significados da prática educativa no contexto da EJA.

Resultados e discussões

De forma prática, observamos a intercorrência dessas mudanças sistemáticas, na significativa implementação do Programa Segunda Chance, oferecendo certificação rápida para a conclusão, o que contribui ainda mais para o imaginário de educação centrada na avaliação e no conteúdo. Segundo Jaqueline Ventura, essa lógica implica em uma pedagogia que impõe a ética individualista, presente nas noções de empregabilidade, de competências e, mais recentemente, de empoderamento. (2011.p.85.) Esta lógica está muito distante da real lógica que compreende o processo formativo de pessoas que tiveram sua trajetória escolar interrompida, continuando com a ideia de interrupção, ainda sem conceber o acesso a esse espaço.

Diante dessa realidade, é necessário sobretudo valorizar o espaço escolar e o nosso papel como docente na formação desse local de conhecimento coletivo e de inclusão social.

“Se chamamos de “saberes sociais” o conjunto de saberes de que dispõe uma sociedade e de “educação” o conjunto de processos de formação e de aprendizagem elaborados socialmente e destinados a instruir os membros da sociedade com base nesses saberes, então é evidente que os grupos de educadores, os corpos docentes que realizam efetivamente esses processos educativos no âmbito do sistema de formação em vigor, são chamados de uma maneira ou de outra, a definir sua prática em relação aos saberes que possuem e transmitem.” (Tardif, 2002. p.31.)

A experiência no Colégio Estadual Guilherme Briggs evidenciou o potencial transformador da EJA como espaço de reconstrução de trajetórias e fortalecimento da identidade dos sujeitos. Durante a *ExpoEJA*, evento realizado ao final do primeiro semestre de 2025, observou-se o engajamento e a autonomia dos estudantes ao apresentarem produções que articulavam conteúdos escolares e vivências pessoais. Destaco o trabalho dos alunos do 8º ano sobre a Revolução Industrial, que consistiu na elaboração de uma carta imaginária de um operário reivindicando direitos trabalhistas. A atividade demonstrou a capacidade dos discentes em relacionar os conceitos históricos ao mundo do trabalho contemporâneo, reafirmando o papel da escola como espaço de formação crítica, emancipação e superação.



Especialmente, no contexto da escola, essa atividade não configura apenas um recurso didático das aulas de história, mas se conectou diretamente com a vida dos estudantes, em particular, as alunas Jéssica e Clausinete, admitiram dificuldade na atividade, no entanto entregaram ótimos resultados, compreendendo perfeitamente os conceitos abordados em sala de aula. A partir desse caso, que configura grande exemplo de utilização de um tema-conceito que teve grande repercussão e importância ao diretamente se relacionar com o mundo do trabalho, esse comparativo entre mundo do trabalho ao longo da história, acabou culminando em uma atividade que potencializou as experiências pessoais dos alunos da EJA. Esse tipo de trabalho evidencia o exposto por Arroyo (2001), definindo a educação humanizada, como o trabalho que coloca o ser humano como o problema-pergunta norteadora do processo pedagógico.

Além de contribuir para uma educação significativa, o trabalho do docente, nesse processo, pode adquirir um aliado importantíssimo na sua resistência a essa educação imediatista e no enfrentamento das dificuldades na aprendizagem da modalidade de jovens e adultos, a interdisciplinaridade. Segundo Fazenda (2015. p. 10):

“Interdisciplinaridade é definida como interação existente entre duas ou mais disciplinas, verificamos que tal definição pode nos encaminhar da simples comunicação das idéias até a integração mútua dos conceitos-chaves da epistemologia, da terminologia, do procedimento, dos dados e da organização da pesquisa e do ensino relacionando-os”

Dessa maneira, a valorização dos saberes dos estudantes e das vivências pessoalizadas, torna a educação mais concisa, se conectando emocionalmente com a trajetória dos alunos, não apenas se aproximando das suas referências, mas realmente dialogando com elas. Para isso, a interdisciplinaridade pode ser algo que o docente pode utilizar a seu favor para ampliar a capacidade de dialogar com as finalidades pedagógicas, potencializando as experiências dos alunos. Na interdisciplinaridade escolar as noções, finalidades, habilidades e técnicas visam favorecer, sobretudo, o processo de aprendizagem respeitando os saberes dos alunos e sua integração. (FAZENDA, 2003).

No caso do estudo da Revolução Industrial nas turmas de jovens e adultos, existem múltiplas oportunidades para trabalhar a interdisciplinaridade, aproximando conteúdos históricos de outras áreas do conhecimento e da experiência cotidiana dos alunos. Historicamente, a Revolução Industrial marca a transição de sociedades agrárias para



sociedades urbanas e industriais, envolvendo mudanças econômicas, sociais, tecnológicas e culturais. Ao abordar esse tema, o professor precisamente trabalha com aspectos compreendidos pela disciplina de geografia, discutindo a distribuição das indústrias, a urbanização, as condições de trabalho e o impacto ambiental das cidades em crescimento.

Além disso, é possível compreender aspectos que levam em conta a matemática e a física, ao analisar dados de produção, crescimento populacional, eficiência de máquinas e energia utilizada nas fábricas, e os conceitos de produtividade e lucro, previstos pela “mais valia”, e a análise das forças produtivas. A arte também entra na abordagem interdisciplinar, o repertório cultural fortalecido, através de obras como “Tempos Modernos”, filme de Charles Chaplin, são ótimos recursos na exposição do tema, a sociologia e a filosofia podem contribuir para discutir questões éticas, de desigualdade social, exploração do trabalho e direitos humanos, relacionando o passado com desafios atuais do mundo do trabalho. No contexto da atividade de produção da carta, a interdisciplinaridade mais latente e importante da EJA, é explorada, a prática da leitura e escrita, a produção de texto e a interpretação da língua portuguesa.

Para estudantes da EJA, essa abordagem interdisciplinar é especialmente relevante porque conecta o conteúdo histórico à vida prática e às experiências pessoais dos alunos, como trabalho, família, cidade e economia local. Além de favorecer a compreensão mais ampla do tema, promove o desenvolvimento de habilidades críticas, permitindo que eles percebam relações entre passado e presente e reflitam sobre transformações sociais, culturais e econômicas que moldam a vida contemporânea. Assim, uma aula de Revolução Industrial bem planejada consegue articular diferentes áreas do conhecimento, tornando a aprendizagem mais significativa, contextualizada e aplicável à realidade dos jovens e adultos. A interdisciplinaridade confere uma capacidade de potencializar a compreensão de mundo e a construção de uma gama de saberes que se relacionam tecnicamente com o cotidiano, ao ampliar a atuação científica, para uma atuação conceitual e de experiência. Portanto, se faz necessário que a escola se constitua em espaço de potencialização dos processos de aprendizagem vivenciados fora dela e impregnados de saberes socialmente construídos (Ciavatta, 2010).



Outra experiência significativa no contexto das aulas de história acompanhadas ou realizadas no Colégio Guilherme Briggs e tem a interdisciplinaridade como ampliador da prática pedagógica, foi uma atividade relativa ao 7º Ano do Ensino Fundamental. Essa sendo uma dinâmica de produção de um “corpo” composto pelas nossas identidades pessoais, para trabalhar o tema da identidade nacional, e a semana de arte de 22. A utilização da dinâmica das identidades, também exposta na ExpoEja, registrou aspectos de si mesmo — nome, família, cultura, etnia, crenças e experiências — e se mostrou potencialmente como um recurso pedagógico que contribuiu para o ensino da compreensão de identidade nacional, especialmente no contexto da EJA. Ao se engajarem nesse exercício, os alunos passam a reconhecer a multiplicidade de suas próprias identidades, compreendendo que cada indivíduo é constituído por diferentes dimensões sociais, culturais e étnico-raciais.

Esse reconhecimento de si mesmo como ser plural cria uma base concreta para discutir como identidades maiores, como a nacional, também são construídas de maneira múltipla e dinâmica. Quando essa reflexão pessoal é conectada ao estudo da Semana de Arte de 1922 e do Movimento Antropofágico, a atividade ganha maior relevância histórica e cultural. A Semana de Arte introduziu a ideia de uma cultura brasileira autêntica, valorizando elementos cotidianos e regionais e rompendo com modelos europeus, enquanto o movimento antropofágico propôs a “devoração” de influências externas para transformá-las em algo genuinamente brasileiro. Assim como cada aluno reconhece suas múltiplas identidades e a forma como estas se inter-relacionam, a identidade nacional também se revela como fruto de diferentes matrizes culturais — indígenas, africanas, europeias e de imigrantes — que se cruzam e se transformam continuamente. Portanto, a atividade de identidade pessoal não só desenvolve autoconsciência e respeito à diversidade, como também oferece um referencial concreto para compreender que a cultura brasileira é plural e construída socialmente. Ao fazer essa ponte entre o individual e o coletivo, entre experiências pessoais e produção cultural histórica, os alunos passam a perceber que a identidade nacional, assim como a pessoal, é complexa, diversa e em constante transformação, permitindo uma compreensão mais crítica e significativa do movimento modernista e de seus princípios de valorização da diversidade cultural e étnica.



Considerações Finais

Dessa forma, é necessário compreender que existe uma essencialidade própria a educação de jovens e adultos, e nosso papel como docente se torna compreender essa essencialidade e promover uma certificação de que a escola se torne um local adequado para as finalidades requeridas por essa essencialidade da modalidade de ensino. A partir da legislação brasileira, além da LDB, o documento do Plano Nacional de Educação, também prevê uma atenção especial para a EJA, tendo como principal objetivo superar o analfabetismo, elevar a escolaridade e ampliar a oferta de matrículas, com foco especial na integração com a educação profissional. Para que essas metas sejam alcançadas, é necessário que o trabalho docente na EJA considere as especificidades do público atendido, articulando conteúdos curriculares com as experiências de vida dos estudantes e promovendo a construção de saberes de forma inclusiva e significativa. Isso implica criar um espaço escolar que vá além da certificação formal, valorizando a autonomia, a identidade, a autoestima e a participação ativa dos alunos na construção do conhecimento, consolidando a escola como um ambiente de aprendizagem transformador e socialmente relevante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROYO, Miguel González. **A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão.** Alfabetização e Cidadania: Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, Brasília, n. 11, p. 221-230, 2001.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 10 out. 2025.
- BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm





CASSAB, Mariana; NICODEMOS, Alessandra. **A Educação de Jovens e Adultos no tempo presente: entre silenciamentos, invisibilidades, retrocessos e resistências**. Revista Cocar, Belém, v. 11, n. especial, p. 1-20, fev. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/5076>>. Acesso em: 07 out. 2025.

ClAVATTA, Maria; RUMMERT, Sonia Maria. **As implicações políticas e pedagógicas do currículo na Educação de Jovens e Adultos integrada à formação profissional**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 111, p. 303-328, maio-ago. 2010. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/873/87315814009.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2025.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes Fazenda. **Interdisciplinaridade: qual o sentido?** São Paulo: Editora Paulus, 2003.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Didática e interdisciplinaridade**. 17. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. (Coleção Práxis).

FREITAS, Luiz Carlos de. **Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out.-dez. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/xm7bSyCfyKm64zWGNbdy4Gx/?format=pdf&lang=pt>>.

Acesso em: 07 out. 2025.

VENTURA, Jaqueline. A trajetória histórica da educação de jovens e adultos trabalhadores. In: ClAVATTA, Maria; TIRIBA, Lia. **Trabalho e Educação de Jovens e Adultos**. 1 ed. Brasília/Niterói: Liber Livro/Editora UFF, 2011, v. 1.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

